



Presidência da República
Secretaria de Comunicação Social – SECOM



Análise de Recursos Administrativos e Contrarrazões

Referência: Concorrência nº 001/2013 – SECOM

Processo SECOM nº: 0170.000435/2013-25

Recorrentes: CDN Comunicação Corporativa LTDA
FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA
INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

Impugnantes: CDN Comunicação Corporativa LTDA
FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA
INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

Assunto: Manifestação da Subcomissão Técnica à Comissão Permanente de Licitação – CPL

Senhor Presidente,

Nos termos do Edital da Concorrência nº 001/2013 – SECOM, trata o presente documento da análise dos recursos administrativos e contrarrazões interpostos pelas empresas em epígrafe, em seguimento ao resultado do julgamento das propostas técnicas relativas ao Processo SECOM nº 0170.000435/2013-25, para a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação, para realização de assessoria e planejamento estratégico de comunicação, no relacionamento com a imprensa internacional e em relações públicas no exterior”. A análise em tela efetuou-se ao amparo do Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, do Art. 3º da Lei nº 8.666/93, do Edital em epígrafe e dos demais dispositivos pertinentes da legislação em vigor no Direito Administrativo.

I – Síntese dos Recursos

CDN Comunicação Corporativa LTDA

1. Após argumentar pela tempestividade da interposição de recurso administrativo no âmbito do processo licitatório relativo ao Edital de Concorrência 001/2013, a licitante apresenta resumo e contextualização do processo em apreço, com vistas a: i) manifestar sua discordância com “a perda de pontos do Quesito 3” da proposta técnica da CDN; e ii) pugnar pela improcedência das notas outorgadas às licitantes FSB e

INFORME, alegando "deficiência técnica" nas respectivas propostas, em dissonância com "diretrizes estabelecidas no Edital de Licitação".

2. Sumariam-se, a seguir, os argumentos aduzidos pela licitante CDN no tocante à alínea "i" do item 1 deste documento:

- a) Com relação aos critérios definidos no Edital, bem como no Questionamento 10 dos "Esclarecimentos", para orientação das licitantes no tocante à verba máxima a ser utilizada, a título de exercício, na elaboração das propostas de campanha de relações públicas no exterior, a CDN sustenta que "essa comissão se limita a responder de forma vaga ao questionamento e faz uma remissão ao disposto no subitem 4.5" e afirma que "não houve, portanto, um esclarecimento claro e objetivo com relação à interpretação que seria dada por essa i. Comissão ao referido subitem 4.5, suficiente para guiar e abalizar a decisão das licitantes na apresentação de suas propostas no que toca à formação de preço".
- b) No que tange à utilização, como referência, dos valores da tabela do item 9.2 do Projeto Básico com vistas à composição do orçamento do exercício previsto no Edital, a CDN defende a utilização de descontos aos valores fixados na mencionada tabela, tendo como justificativa o estipulado no item 9.3, relativo à aplicação de desconto mínimo de 10% (dez por cento) na composição das propostas de preços previstas no Apêndice III do Edital.
- c) Ainda no tocante à propugnada aplicação de descontos, a CDN alude à suposta "leitura restritiva" do edital pela Comissão, que poderia ser considerada "ato limitador da concorrência tão almejada no certame licitatório". Nesse sentido, afirma a CDN que, "caso o objetivo do edital fosse, de fato, exigir que a elaboração do exercício utilizasse os valores constantes da tabela 9.2, essa informação deveria estar expressa no edital e na resposta enviada ao Questionamento 10, o que não ocorreu". Nesse sentido, defende que, "na inexistência de regra expressa que impeça ou proíba a outorga de descontos pela empresa licitante na elaboração do seu orçamento, ainda que a título de exercício, entender de forma diversa seria penalizar a empresa que demonstra a capacidade de reduzir seus lucros a fim de garantir maior economicidade à Administração Pública".
- d) Com respeito à interpretação das cláusulas do Edital, evoca a CDN os princípios da "vinculação ao instrumento convocatório" para sugerir que nada pode ser "exigido, aceito ou permitido além ou aquém" das cláusulas e condições previstas naquele dispositivo. Nessa mesma linha, sustenta que a outorga de nota 0 (zero) para a CDN no quesito "Relação Custo/Benefício" constitui formalismo exagerado, irrelevante ou desarrazoado, em contraposição ao previsto no item 5.2.1 do Edital.
- e) Com referência aos critérios utilizados para avaliação do Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), alega a licitante CDN que a Subcomissão não levou em conta o aspecto "consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos e ações propostos", atendo-se unicamente à análise da "adequação da verba indicada para a execução de cada ação proposta".
- f) Ante a argumentação acima sumariada, a licitante CDN solicita seja "reformada a decisão que outorgou de forma indevida a nota 0 (zero) para a CDN" no Quesito 3 (Relação Custo/Benefício).

[Handwritten signatures]

3. No tocante à alínea *ii* do item 1 deste documento, relacionam-se, a seguir, de forma sucinta, comentários consignados pela CDN às propostas técnicas das licitantes FSB e INFORME, com base nos quais pugna pela improcedência das notas outorgadas pela Subcomissão:

- a) FSB – A licitante CDN busca desqualificar a argumentação que norteia o “Raciocínio Básico” (Quesito 01) desenvolvido pela FSB, alegando “inteira falta de conhecimento do tema” e “presença de inúmeros pequenos erros de dados que somados podem gerar uma total falta de credibilidade”. Questiona ademais, a relevância da “Experiência de Referência da Licitante” (Quesito 04 – subitem 4.5.5), a qual considera “deficiente” e, em parte, impassível de “replicação pela contratante na solução do desafio de comunicação exposto no *briefing* e/ou na execução do contrato”. Nesse sentido, pede a reclassificação da nota atribuída à FSB para “inadequado”, no subitem 4.5.5.
- b) INFORME – A licitante CDN apresenta críticas à avaliação atribuída pela Subcomissão Técnica ao Quesito 1 (Raciocínio Básico) na análise da proposta desenvolvida pela INFORME, sobre a qual ressalta a existência de “inconsistências lógicas no raciocínio da licitante, que (...) demonstram ausência do domínio do contexto em que está inserido o objetivo a que se pretende alcançar”. No tocante ao Quesito 2 (Solução de Comunicação) alega que a proposta da INFORME “foi incapaz de compreender as oportunidades e riscos para a imagem do Brasil” e “não demonstrou preocupação quanto à tradução de seu conceito (‘Agronegócio Brasileiro – Tecnologia que alimenta o mundo’) para outras línguas”. No que tange ao Subquesito 2 – Plano de Comunicação, afirma que a licitante INFORME deixou de atender os critérios de análise do subquesito em apreço. Em relação ao Subquesito 3 – Vinculação das Ações de Comunicação, alega que a empresa INFORME deixou de apresentar “a correlação de cada ação proposta com as diretrizes e políticas específicas”. Por fim, no que tange ao Subquesito 2 – Qualificação, a CDN contesta a apresentação das experiências dos profissionais da INFORME, por não “relacioná-las com a sua estratégia de comunicação”. Pelas razões acima expostas, a CDN demanda a redução da nota da empresa INFORME nos quesitos em apreço.

FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA

4. A empresa apresenta recurso no qual pugna: i) pela revisão, para maior, das notas atribuídas pela Subcomissão à FSB no Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização; e ii) pela revisão, para menor, da pontuação atribuída à proposta da empresa CDN no Quesito 2 (Solução de Comunicação), Subitens 4.3.2 – Plano de Comunicação – e 4.3.3 – Vinculação das ações de comunicação propostas pela licitante para o desafio de comunicação exposto no Briefing com as diretrizes do Executivo Federal –, e no Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.2 – Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Comunicação.

5. Resumem-se, a seguir, os argumentos apresentados pela licitante FSB no tocante à alínea *i* do item 1 deste documento:



- a) Argumenta a FSB que a decisão de delegar ao "Grupo de Trabalho" (GT) e à SECOM atribuições e serviços específicos em sua proposta de comunicação, conforme descrito no desenvolvimento do Quesito 2 (Solução de Comunicação – págs.1189-1249) e consignado no "Resumo dos Custos da Campanha" do Quesito 3 (Relação Custo/ Benefício – págs.1276-77), deve-se à "convicção" de que a sugestão apresentada é "totalmente adequada" e "a mais eficiente possível no cenário proposto", por "fazer valer as responsabilidades da SECOM/PR definidas na Lei nº 10.683/2003". Alega a FSB que a proposta não constitui "uma tentativa de 'burlar' as regras do edital e tampouco um exercício de ficção"
- b) Considera a FSB que a utilização do GT permitiria aproveitar as expertises e as capacidades instaladas e disponíveis de seus órgãos integrantes, proporcionando relação custo/benefício favorável.
- c) No tocante à posição manifestada pela Subcomissão de "inconsistência relativa ao custo de tradução (por lauda), com disparidade entre valores referentes a pautas e artigos", argumenta a FSB que "não considera que haja uma definição precária de idiomas/públicos-alvo", que estariam contemplados na relação apresentada de países prioritários. Argumenta, outrossim, que prioriza os idiomas inglês e espanhol para tradução das pautas sugeridas na proposta, por serem "línguas faladas em todos os países listados", ao passo que, para o texto dos artigos, optou-se pela tradução "feita exatamente na língua oficial do país em que o texto for sugerido", a fim de evitar "distorção no entendimento de seu conteúdo". Quanto à inconsistência relativa ao custo de tradução (lauda/idioma), a FSB informa ter utilizado "cotação de mercado com profissionais especializados em todos os idiomas".
- d) Com base nos argumentos acima expostos, a licitante FSB solicita que a Subcomissão "reveja a nota atribuída à licitante neste quesito", de 'inadequado' para 'adequado'.

6. No tocante à alínea "ii" do item 5 deste documento, relacionam-se, abaixo, comentários apresentados pela FSB à proposta técnica da licitante CDN, a partir dos quais pede a revisão para menor das notas atribuídas pela Subcomissão:

- a) Quesito 2 (Solução de Comunicação), subitem 4.3.2 – Plano de Comunicação – Argumenta a FSB que as ações de disseminação de informação sugeridas pela CDN no Plano de Comunicação não atendem às exigências implícitas do "objetivo estratégico" estabelecido pela própria CDN, de "gerar um diálogo permanente com os públicos de interesse, entender e esclarecer suas dúvidas, apresentar argumentos e informações". Pede, assim, a revisão da pontuação da CDN no subitem 4.3.2 de 'adequado' para 'parcialmente adequado'.
- b) Quesito 2 (Solução de Comunicação), subitem 4.3.3 – Vinculação das Ações de Comunicação – Argumenta a FSB que a CDN "não atende de forma completa ao que está solicitado no edital", ao apresentar relação limitada de ministérios/empresas públicas, envolvidos no objetivo de "agregar novos valores ao agronegócio brasileiro". Alega, ademais, que a CDN deixa de explicar e contextualizar as ações propostas e sua relação com as diretrizes e políticas específicas. Requer, portanto, a revisão da nota da CDN de 'adequado' para 'parcialmente adequado' no subitem 4.3.3.

[Assinaturas manuscritas]

- c) Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.2 – Maximização do Custo/Benefício na Implementação do Plano de Comunicação – Argumenta a FSB que a quarta fase da proposta de campanha da CDN (“manutenção do tema na pauta”) não está contemplada no orçamento apresentado, razão pela qual considera que a quarta fase “não é viável e não deveria ser contemplada na avaliação da campanha”. Requer a revisão da nota atribuída pela Subcomissão de ‘adequado’ para ‘parcialmente adequado’ no subitem 4.4.2, no que tange ao critério “otimização dos recursos financeiros destinados para cada ação proposta”.

INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

7. A licitante INFORME interpõe recurso em que apresenta esclarecimentos com base nos quais defende: i) a revisão, para maior, das notas que lhe são atribuídas pela Subcomissão nos Quesitos 1 (Raciocínio Básico – subitem 4.2) e 2 (Solução de Comunicação – subitem 4.3.1); a revisão da pontuação atribuída à licitante no Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), por meio da anulação do subitem 4.4.1; alternativamente, pede a revisão, para menor, das notas atribuídas pela Subcomissão às licitantes CDN e FSB no subitem 4.4.2 – Maximização do custo/benefício na implementação do Plano de Comunicação; ou, na hipótese de não revisão das notas atribuídas à FSB e à CDN, requer a majoração da nota da INFORME no subitem 4.4.2; e ii) a “desclassificação” da licitante CDN por alegado não atendimento ao Item 3 “Forma de Apresentação”, subitem 3.1, alínea “a”.

8. Resumem-se, a seguir, os argumentos apresentados pela licitante INFORME no tocante à alínea “i” do item 7 deste documento:

- a) Quesito 1 (Raciocínio Básico), subitem 4.2 – A licitante alega não ter havido “uso equivocado de algumas informações” e afirma que a Subcomissão “não aponta de forma clara e expressa” quais foram tais dados. Sustenta que as informações apontadas como “imprecisas” pela Subcomissão “são de conhecimento público e notório, fartamente divulgadas tanto pela grande imprensa quanto pelos sites oficiais de diversos órgãos do governo federal”. A licitante cita também as datas de assinatura do Tratado de Assunção (Mercosul, março de 1991) e de entrada em vigor do Tratado de Maastricht (União Europeia - UE, novembro de 1993), como elementos que dão base à interpretação de que o bloco integrativo UE “teve início dois anos e nove meses após o início da vigência do Mercosul”. No que tange à negociação de acordos de livre comércio (ALCs) pelo Mercosul com terceiros países, a INFORME relaciona dados disponíveis nos sítios eletrônicos do Mercosul, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério das Relações Exteriores sobre os acordos “extrarregionais” com Egito, Palestina e Israel, para reiterar a afirmação contida na proposta da licitante de que tais instrumentos constituem os três únicos ALCs negociados até aquele momento pelo Mercosul. Ainda em relação ao Quesito 1 (Raciocínio Básico), subitem 4.2, sobre o posicionamento de que a licitante não teria mencionado fontes para embasar dados citados às páginas 1534 a 1567, a INFORME alega que “os trechos apontados pela Comissão não fazem alusão a nenhum número que pudesse levar a erro de cálculo ou de avaliação, o que torna desnecessária a citação de fontes”. Alega, ademais, que as concorrentes CDN e FSB “também não citaram suas fontes e, ainda assim, receberam nota máxima” neste quesito. Requer, portanto, a majoração da respectiva nota atribuída à licitante.

[Assinatura]

- b) Com relação ao Quesito 2 (Solução de Comunicação) a licitante contesta a "baixa nota" conferida pela Subcomissão ao subitem 4.3.1 – Estratégia de Comunicação. Alega que a proposta elaborada pelo grupo INFORME "é calcada, basicamente, em estratégias digitais, com textos curtos e de baixa complexidade", para os quais seria elaborado material em espanhol e inglês "pelos próprios profissionais da empresa". Requer, portanto, a majoração da nota que lhe foi atribuída no subitem em tela.
- c) Quesito 3 (Relação Custo/Benefício) – A licitante solicita reformulação das notas atribuídas no quesito, com base nos seguintes argumentos, pelos quais pede a revisão do julgamento da Subcomissão no subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para a sua realização – e no subitem 4.4.2 – Maximização do Custo/Benefício na implementação do plano de comunicação:

Subitem 4.4.1 – A licitante afirma que o subquesto foi objeto de dois questionamentos (números 10 e 16) à Subcomissão, que "nada esclareceu sobre a questão, limitando-se a fazer remissão ao teor dos referidos quesitos". Alega que o Edital "foi mal redigido" e que "não é razoável (...) que todas as licitantes sejam penalizadas pela falta de clareza do Edital e da Comissão". Sustenta que "a falta de clareza do Edital fere o princípio do julgamento objetivo". Requer a anulação deste subitem.

Subitem 4.4.2 – Na hipótese de não anulação do subitem 4.4.1, a licitante argumenta que "merecem ser revisadas" as notas atribuídas às licitantes FSB e CDN no subitem 4.4.2, por considerar que "não é plausível que uma licitante que recebeu nota zero no quesito 'Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização' possa receber nota máxima no subitem 'Maximização do custo benefício na implementação do Plano de Comunicação', por caracterizar absoluto antagonismo". Na hipótese, ainda, de não revisão das notas atribuídas à FSB e à CDN, requer a majoração da nota da INFORME no subitem 4.4.2, por considerar que: a exemplo da INFORME, a CDN também deixou de apresentar orçamento de deslocamento de pessoas para eventos regionais; apesar de as três licitantes apresentarem descontos indevidos, "apenas o grupo INFORME foi penalizado com a nota zero no subitem 4.4.2"; a licitante FSB "não computou custo algum a uma série de atividades previstas no Eixo 1", relativo a atividades do GT, mas recebeu a nota máxima no subitem 4.4.2. Alega, portanto, que a Subcomissão julgou "com mais rigor" a proposta do grupo INFORME, em "clara afronta ao princípio da isonomia".

- d) Com base nos argumentos acima expostos, a licitante INFORME alega que na avaliação das propostas técnicas caracterizou-se "evidente violação do julgamento objetivo, da violação ao instrumento convocatório, da isonomia e da imparcialidade". Solicita para tanto, a revisão descrita no item 7 deste documento.

9. No tocante à alínea "ii" do item 7 deste documento, apresentam-se, abaixo, de forma resumida, argumentos apresentados pela licitante INFORME à proposta técnica da licitante CDN, com base nos quais defende a revisão do julgamento realizado pela Subcomissão:

- a) A licitante INFORME evoca o item 3 (Forma de Apresentação), subitem 3.1, alínea "a", do Apêndice II do Edital, bem como os esclarecimentos relativos ao Questionamento nº 11, para requerer a "desclassificação da CDN Comunicação" do

[Assinatura]

certame licitatório, por ter descumprido a exigência estabelecida na disposição editalícia de que a proposta técnica deveria ser apresentada em **caderno único**, submetendo sua proposta em **"três cadernos apartados"**.

- b) À luz dos argumentos apresentados no item 8 deste documento, alíneas "a" a "d", a licitante INFORME requer, adicionalmente, que, caso não seja revertida a decisão que lhe desclassificou da presente concorrência, a Subcomissão "encaminhe o presente recurso para análise da Autoridade Superior".

II – Síntese das Contrarrazões

CDN Comunicação Corporativa LTDA

10. Apresenta-se, a seguir, sumário das contrarrazões interpostas pela licitante CDN:

- a) A CDN refuta a alegação levantada pela licitante INFORME de que teria descumprido exigência contida no subitem 3.1, alínea "a", do Edital, ao não apresentar sua proposta técnica em caderno único, razão pela qual deveria ser "desclassificada" do certame licitatório. Ao afirmar que "apresentou a proposta técnica em caderno único", a CDN justifica "a necessidade de divisão do caderno único em três pastas", como forma de "facilitar o manuseio do trabalho", composto por quase 900 (novecentas) páginas. Afirma a licitante que se pode visualizar o formato de caderno único "pela simples análise do seu número de páginas registrado sequencialmente". Defende que "desclassificar uma licitante apenas pela forma de encadernação da proposta técnica, seria, por óbvio, adotar um formalismo exagerado, em frontal violação aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da competitividade".
- b) A CDN contesta inferências suscitadas pela licitante INFORME de que teria apresentado "uma série de trechos sem citação de fontes ou com imprecisão de informações". Afirma que, ao fazer tais insinuações, "a INFORME distorce as justificativas dadas pela Comissão", com vistas a contestar a nota recebida no Quesito 1 (Raciocínio Básico).
- c) A licitante refuta a alegação da INFORME de que foi "indevida" a sua perda de pontos no Quesito 2 (Solução de Comunicação). Aponta inconsistência na proposta da INFORME no tocante ao subitem 4.3.1 – Estratégia de Comunicação, por não contemplar recursos para tradução de materiais informativos previstos na própria estratégia da licitante como essenciais para a divulgação do agronegócio no exterior por meio de plataformas tradicionais.
- d) No tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as Ações, a CDN assinala que a perda de pontos da licitante INFORME deveu-se não apenas ao fato de ter utilizado descontos equivalentes a 543% do limite estipulado no Edital, mas, também, porque "a INFORME deixou de incluir as despesas de deslocamento e hospedagem na relação de despesas com infraestrutura e logística".

[assinatura]

- e) Com relação ao subitem 4.4.2 – Maximização do Custo/Benefício – do Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a licitante refuta as alegações da INFORME de que a CDN não orçou custos de deslocamento e hospedagem para eventos regionais, motivo pelo qual mereceria ter sua nota reduzida no subitem em tela. A CDN afirma que as alegações são “absolutamente infundadas e não devem prosperar”, uma vez que os mencionados eventos regionais previam a participação de profissionais que já estariam nos locais indicados, sem a necessidade de deslocamento e hospedagem.
- f) Em relação ao recurso apresentado pela FSB, a CDN ressalta a “clara incompatibilidade entre as ações propostas pela licitante e os valores designados para sua realização”, tendo em conta a atribuição, ao Grupo de Trabalho, de competências normalmente desempenhadas pela empresa prestadora de serviços de comunicação. Aponta, ainda, a “inconsistência relativa” nos custos de tradução (por lauda) apresentados pela FSB e questiona o foco dado à tradução para os idiomas espanhol e inglês, os quais não seriam “suficientes para atender as exigências de todos os públicos alvos almejados na proposta da licitante”.
- g) A CDN refuta argumentos da FSB de que as ações sugeridas na campanha proposta não fomentariam o diálogo com o público de interesse previsto na estratégia, não atendendo ao critério de pertinência dos instrumentos utilizados. A licitante afirma que a FSB agiu de forma “inapropriada” ao listar apenas quatro ações propostas pela CDN para disseminação de informação como sendo “todas as ações” previstas. Reproduz, nesse contexto, relação adicional de ações, originalmente contidas na proposta, que implicam “diálogo permanente com os públicos de interesse, entender e esclarecer suas dúvidas, apresentar argumentos e informações”. Assinala, ademais, que a CDN lista “apenas cinco ministérios/empresas públicas” envolvidos para o alcance do objetivo da campanha.
- h) A CDN contesta, ainda, argumentação da FSB no sentido de que não apresentou “como cada ação da campanha e seus temas mensagens se relacionam com as amplas políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas pelo país”. De acordo com a CDN, tal vinculação encontra-se exposta ao longo do texto que trata do “papel da SECOM e suas relações com o Executivo Federal”. Acrescenta que na tabela em que elenca ações em correlação com os papéis e procedimentos de órgãos governamentais, a CDN “atende plenamente ao tópico ‘b’ do item 4.3.3 do Quesito 2 do Edital”.
- i) No que tange ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.2 – Maximização do Custo/Benefício na Implementação do Plano de Comunicação, a CDN contesta alegações da FSB de que sua proposta não contempla orçamento para a fase quatro da campanha, razão pela qual “não poderia ter recebido a nota ‘adequado’”. Para a CDN, a dotação orçamentária em questão encontra-se prevista na tabela relativa ao “custo da execução de ações de comunicação em mídias digitais”, de modo que “essa ação da fase quatro está contemplada no orçamento apresentado para a campanha, mostrando que é falsa a alegação da FSB”.

FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA

11. Sumariam-se, a seguir, as contrarrazões apresentadas pela licitante FSB, pelas quais solicita a impugnação dos recursos interpostos pela CDN e pela INFORME:

[Assinatura]

- a) No que tange ao Quesito 1 (Raciocínio Básico), a licitante refuta alegações da CDN de que a proposta da FSB “demonstrou inteira falta de conhecimento do tema” e “inúmeros pequenos erros de dados que somados podem gerar uma total falta de credibilidade”. A FSB contesta ponto a ponto as proposições apresentadas pela CDN, as quais qualifica de “um equívoco de interpretação do texto”. A licitante apresenta descrição histórica da evolução do quadro da agricultura brasileira ao longo do século XX, para justificar a validade de sua argumentação no Quesito 1, bem como para requerer a “improcedência do pedido da CDN”.
- b) Ainda em relação ao Quesito 1 (Raciocínio Básico), a FSB desqualifica alegações da CDN de que haveria “inconsistência de lógica e imprecisão de informação no terceiro parágrafo daquele quesito”. A FSB afirma que a crítica da CDN introduz uma “confusão” na interpretação do texto, ao desconsiderar informações relevantes apresentadas ao longo da proposta. Afirma, também, que a CDN “comete ainda outro erro em sua crítica ao dizer que o Brasil ‘não compete com os países mais avançados’ em ciência agropecuária. Solicita, portanto, que o recurso da CDN seja julgado improcedente também em relação a este conjunto de argumentos.
- c) A FSB refuta argumento da CDN no sentido de que o Raciocínio Básico da proposta da licitante equivocou-se ao dizer que somente após a Rio92 “a pesquisa agropecuária no Brasil comprometeu-se com o crescimento da produtividade nas áreas já ocupadas pela produção”. Para a FSB trata-se de “erro interpretativo” da CDN, assim como a afirmação de que os compromissos internacionais do Brasil sobre limitação e redução da emissão de gases de efeito estufa foram objeto do Protocolo de Kyoto, o que a FSB considera “erro”. Solicita, portanto, que seja considerada “improcedente” a crítica da CDN.
- d) A FSB desqualifica a afirmação da CDN de que as referências daquela licitante à adaptação da agricultura ao ambiente tropical, pela ciência, constituem “incongruência interna característica da ausência de conhecimento do setor”. Segundo a FSB, a CDN não distinguiu entre vantagem comparativa e vantagem competitiva em relação ao clima tropical, como proposto, de modo “bastante claro”, no Raciocínio Básico. Pede, assim, que a Subcomissão considere “improcedentes” os argumentos da CDN.
- e) A FSB contesta, ademais, as alusões da CDN a suposta “seqüência de equívocos” pela FSB ao descrever o pioneirismo do sistema de pesquisa da Embrapa. Para a FSB, a CDN comete “erro interpretativo ao igualar ‘agroenergia’ a ‘etanol de cana’”. Rejeita, igualmente, alegação da CDN sobre “suposta omissão” pela FSB de referência à tecnologia de uso da bactéria rizóbio na produção de fertilizantes pela Embrapa. Condena, também, acusação da CDN de que houve “confusão gramatical” no texto da FSB. À luz do exposto, solicita que se desconsidere o pedido de redução da nota da licitante no Quesito 1 (Raciocínio Básico).
- f) No tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as Ações, a FSB ataca argumentos da CDN contrários à utilização proposta pela licitante de Grupo de Trabalho (GT) para desenvolvimento de atividades no âmbito da execução da estratégia de comunicação proposta no exercício editalício. Afirma que o que propôs a FSB “foi uma estratégia inteligente, que, principalmente, não desperdiçasse recursos do erário”. Refuta, assim, alegações de que a proposta representou tentativa de “burlar” o Edital. Em relação a críticas das CDN sobre

[Assinatura]

"inconsistência relativa ao custo de tradução", a FSB "volta a reforçar que não considera que haja uma definição precária de idiomas/públicos-alvo". Reitera, ademais, os critérios usados para a precificação das traduções, com base em uma "cotação de mercado com profissionais especializados em todos os idiomas". Solicita, portanto, que se desconsidere o pedido da CDN de manter inalterada a nota da FSB neste subitem.

- g) Com relação ao Quesito 4 (Capacidade de Atendimento), subitem 4.5.5 – Experiência de referência da licitante, a FSB rejeita alegações da CDN de que o relato apresentado pela licitante relativo à experiência de referência com a empresa Telefônica não guarda pertinência com os pressupostos da campanha de comunicação objeto do presente Edital. Para a FSB, ao promover a reputação da empresa Telefônica no mundo digital, com mensagens de que a empresa investe em inovação e está presente na vida das pessoas, os objetivos, necessidades e resultados da campanha de comunicação daquela empresa "são comuns com os da SECOM, com a única diferença de que se trata de uma empresa privada". Solicita, portanto, que a Subcomissão "desconsidere o pedido da CDN de redução da nota da FSB neste subitem".
- h) Em relação ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a FSB refuta o pleito da licitante INFORME de que no caso de não atendimento do pedido de desclassificação da CDN Comunicação (por alegado descumprimento ao Item 3 do Apêndice II do Edital), sejam revistas e reduzidas as notas da CDN e da FSB relativas, no entender da FSB, ao cômputo dos custos referentes ao subitem 4.4.2¹ – Maximização do Custo/Benefício. A FSB condena o que qualifica de tom "indevidamente irônico" da INFORME ao dizer que "todas as atividades" propostas pela FSB "seriam feitas com a boa vontade de parceiros de um GT". Ao criticar o "inconformismo da INFORME", a FSB pede o improvimento do pedido daquela licitante.

INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

12. Apresenta-se, a seguir, sumário das contrarrazões protocoladas pela licitante INFORME:

- a) A INFORME refuta argumento da licitante CDN de que não teria mencionado fontes para embasar os dados citados no Quesito 1 (Raciocínio Básico). Alega "que o fato de não citar fontes não compromete a compreensão do contexto do agronegócio nem o conteúdo de sua proposta técnica."
- b) Contesta, ainda, críticas formuladas pela CDN com base em trechos da proposta da INFORME que, segundo esta licitante, foram usados de forma descontextualizada pela CDN.
- c) Ainda em relação ao Quesito 1, discorda da afirmação da CDN de que houve "limitação" do conteúdo, por ter utilizado apenas a Embrapa como fonte de sistema de pesquisa agrícola. A INFORME reitera que pretendeu "destacar o protagonismo da empresa [Embrapa] no momento atual".

¹ Registre-se que o texto das contrarrazões interpostas pela licitante FSB refere-se, à pág. 3001, ao "subitem 4.2.2", inexistente no Edital. Trata-se, de fato, de referência ao subitem 4.4.2, como consignado no recurso da empresa INFORME (pág. 2932).

[Assinatura]

- d) Qualifica de "equivocada" a suposição da CDN de que o grupo INFORME não cita outros bancos de germoplasma no Brasil, além daquele mencionado pela licitante (Cenargen), com o intuito de "atribuir um significado que não condiz com o real objetivo da licitante". Segundo a INFORME, não há "qualquer deficiência neste quesito".
- e) Discorda da alegação da CDN de que a proposta técnica da INFORME aborda de maneira abstrata o tema da inclusão social, afirmando que o conceito "inclusão social" encontra-se presente até mesmo no título da proposta (Agronegócio brasileiro. Tecnologia que alimenta o mundo). Segundo a INFORME, "qual atuação internacional poderia ser mais primordialmente inclusiva do que alimentar o mundo e a humanidade?".
- f) No que tange ao Quesito 2 (Solução de Comunicação), Subquesito 1 – Estratégia de Comunicação, a INFORME discorda da posição da CDN de que "teria desprezado qualquer ação em relação ao público brasileiro". A INFORME cita os seguintes exemplos de "segmentos de público doméstico a serem atingidos pelas ações da estratégia": importadores estrangeiros operando ou não em território brasileiro, câmaras de comércio, formadores de opinião, multiplicadores (internos, intermediários e externos) e imprensa internacional.
- g) A INFORME rejeita também o pedido da CDN de redução da nota da licitante "sob o argumento de que o conceito apresentado na proposta não foi traduzido para outras línguas, especialmente o inglês". Ao apresentar a tradução do *slogan* da campanha apenas para o inglês e o espanhol, a INFORME justifica que "o edital, além de não fazer qualquer exigência de que os conceitos fossem traduzidos para outros idiomas, traz clara disposição de que a proposta deve ser redigida em língua portuguesa". Conclui, portanto, que a INFORME nada mais fez do que "obedecer estritamente às exigências editalícias", não merecendo ser punida por "seguir fielmente as exigências do edital".
- h) No que concerne ao Quesito 2 (Solução de Comunicação), Subquesito 2 – Plano de Comunicação, a INFORME qualifica de "nítida manobra de má fé" as alegações da CDN de que não apresentou ações a serem realizadas no campo digital. Ainda neste quesito, a INFORME rejeita a acusação da CDN de que não previu recursos para o plano de contingência em situação de crise, assinalando que a própria CDN, "além de não orçar o plano de contingência, nem ao menos o planejou para o exercício".
- i) A respeito do Quesito 2 (Solução de Comunicação), Subquesito 3 – Ações de Comunicação, a INFORME discorda da visão da CDN de que "não cumpriu" um dos critérios do subquesito em tela, ao não apresentar a correlação entre as ações de comunicação e as diretrizes e políticas públicas do Executivo Federal. Defende a licitante INFORME que a mencionada vinculação encontra-se exposta no relato feito entre as páginas 119 e 124 da proposta técnica. Solicita, assim, seja mantida e respeitada a avaliação da Subcomissão no ponto em discussão.
- j) Em relação ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), Subquesito 1 – Compatibilidade entre as Ações propostas e os valores designados para sua realização, a INFORME rejeita alegação da CDN de que não teria apresentado as tabelas exigidas de forma clara e transparente.



- k) A licitante INFORME refuta, também, a afirmação da CDN de que "extrapolou o valor orçamentário". Reitera a visão de que a INFORME "não só apresentou uma tabela com o valor de R\$ 198.208,95, a título de exercício – dentro, portanto, do valor estipulado no item 4.5 –, como explicou em cada subitem da sua proposta o desconto utilizado". Reafirma que a INFORME "adotou o desconto permitido, que é de no MÍNIMO 10%, conforme dispõe o item 9.3, do Anexo I e item 3.1.1, do Anexo III". Segundo a INFORME, "qualquer porcentagem de desconto acima de 10% deve ser aceita, não havendo nenhum equívoco na proposta da Impugnante".
- l) Com respeito ao Quesito 4 (Capacidade de Atendimento), Subquesito 2 – Qualificação, a empresa INFORME contesta pedido da CDN de redução da nota atribuída à qualificação dos profissionais apresentados na proposta da licitante. Afirma que a apresentação de seus profissionais está em consonância com o subitem 4.5.2 do Apêndice II. Nesse sentido, solicita a manutenção da nota atribuída à INFORME no quesito em tela.

III – Análise dos Recursos e Contrarrazões

Dos Fundamentos e da Manifestação da Subcomissão Técnica

13. A análise levada a efeito por esta Subcomissão Técnica dos recursos e contrarrazões acima sumariados pautou-se pela rigorosa e exaustiva avaliação dos argumentos apresentados pelas três licitantes, à luz dos dispositivos previstos na Constituição Federal (art. 37, inciso XXI), do Art. 3º da Lei nº 8.666/93, do Edital em epígrafe, assim como nas demais disposições legais pertinentes do Direito Administrativo em vigor, com vistas a proporcionar julgamento imparcial e isonômico dos legítimos pleitos consignados nos itens I e II deste parecer.

14. Apresentam-se, a seguir, os fundamentos e a manifestação desta Subcomissão Técnica sobre os pedidos interpostos pelas licitantes CDN Comunicação Corporativa LTDA, FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA e INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA:

Análise dos Recursos

CDN Comunicação Corporativa LTDA

15. No que tange aos argumentos apresentados pela CDN, sumariados nas alíneas "a" a "f" do item 2 deste documento, esta Subcomissão exara os seguintes posicionamentos, que serviram de base para o julgamento em apreço, consignado no Item IV deste documento:

15.1. Discorda da interpretação de que não tenha havido "esclarecimento claro e objetivo" acerca da "verba máxima" a ser utilizada na elaboração das propostas de campanha, por considerar suficientemente precisas as orientações dispostas no subitem 4.5 e na resposta dada ao Questionamento 10 dos "Esclarecimentos". Considera esta Subcomissão que o respeito equânime aos dispositivos estabelecidos no Edital constitui inequívoca garantia dos pressupostos de isonomia e igualdade de condições às licitantes, com vistas a evitar o risco de distorções de interpretação das




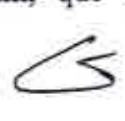

regras consignadas nos parâmetros editalícios. Entende, igualmente, que os limites de tal interpretação situam-se no texto positivamente redigido, ou seja, naquilo que está claramente permitido, e não em conjecturas sobre o que se poderia permitir por não estar expressamente proibido. É a opinião desta Subcomissão de que a utilização de descontos não previstos na 2ª Fase da Concorrência (Fase de Classificação das Propostas Técnicas) confronta o disposto no item 18.6 do Edital, pelo qual "é vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes". O propugnado uso discricionário de descontos pelas licitantes, como parte de sua estratégia de campanha, concorreria para a quebra dos parâmetros de isonomia do certame, pelo qual o limite da "verba máxima" de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) poderia ser discricionariamente manipulado.

15.2. Considera que a "redução de no mínimo 10% (dez por cento)" prevista no subitem 9.3 do Edital não se aplica ao exercício de simulação previsto na 2ª Fase da Concorrência (Fase de Classificação das Propostas Técnicas), constituindo, sim, dispositivo aplicável estritamente à fase posterior do certame (3ª Fase - Análise e Julgamento das Propostas de Preços e Apuração da Licitante Vencedora).

15.3. Discorda de que a Subcomissão se tenha pautado por "leitura restritiva do edital", que resultou em "ato limitador da concorrência". Considera adequadas as cláusulas editalícias relativas à construção orçamentária do exercício de simulação da campanha. O que se observou, contrariamente, na construção da proposta de orçamento, foi a aplicação de descontos sobre os valores da tabela do subitem 9.2 para composição final de um "orçamento irreal", que maximiza indevidamente a utilização de produtos e serviços, situando-o, de maneira fictícia, dentro do limite editalício.

15.4 Entende que o julgamento efetuado por esta Subcomissão respeitou de maneira rigorosa o princípio da "vinculação ao instrumento convocatório", tendo-se pautado pela observância criteriosa do disposto no subitem 18.6 do Edital ("É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes"), para desqualificar artifícios exógenos ao exercício de simulação proposto, de que constitui exemplo a aplicação, inadequada e desprovida de embasamento editalício, de descontos sobre os valores constantes na tabela do subitem 9.2. Tal postura, longe de constituir "formalismo exagerado", destina-se primordialmente a "garantir a observância do princípio constitucional da isonomia", de modo a proporcionar parâmetros equânimes para "a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (...) em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (Art. 3º da Lei nº 8.666/1993).

15.5 Reconhece que, no tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a extrapolação do limite orçamentário máximo pela licitante, conquanto se tenha constituído em utilização imprópria do recurso do desconto, não compromete de maneira irremediável a execução da proposta de campanha, bem como a observância do critério de "consistência e pertinência na aplicação dos recursos diante dos objetivos e ações propostos", contrariamente ao que se observa nas propostas das demais licitantes. Considera, outrossim, que o grau de excedência do limite

orçamentário no exercício de simulação pela licitante (6,3%), acentuadamente menor que o das demais concorrentes, ensejaria possibilidade de, mediante ajuste mínimo das atividades contempladas, sem comprometimento da compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização, facultar a viabilidade orçamentária e a execução da proposta técnica original.

16. No que concerne ao exposto nas alíneas "a" a "b" do item 3 deste documento, esta Subcomissão expõe os seguintes argumentos, que subsidiaram o julgamento em tela:

16.1. Discorda da posição da CDN que deprecia a qualidade do "Raciocínio Básico" desenvolvido pela licitante FSB, bem como rejeita a alegação de que houve "inteira falta de conhecimento do tema". Considera consistente o conjunto de dados e informações apresentados pela FSB, que demonstram compreensão e entendimento da realidade e do contexto do objeto, não concorrendo para uma "total falta de credibilidade" da licitante. Reconhece, outrossim, como válidas as experiências de referência consignadas na Proposta Técnica apresentada pela licitante FSB, por constituírem exercícios de comunicação compatíveis com os critérios estabelecidos no subitem 4.5.5.

16.2. Discorda da avaliação da CDN de que eventuais inconsistências presentes no Raciocínio Básico (Quesito 1) da licitante INFORME traduzam-se em "ausência do domínio do contexto" objeto da Proposta Técnica. Entende como impertinente a crítica da CDN à qualidade da compreensão pela licitante INFORME das oportunidades de riscos para a imagem do Brasil envolvidos na promoção do agronegócio. Mantém o entendimento original desta Subcomissão relativo ao tratamento do tema tradução pela licitante INFORME. Refuta argumentação da CDN referente ao tratamento dos Subitens 4.3.2 e 4.3.3 pela licitante INFORME. Considera improcedentes as alegações da CDN relativas ao tratamento, pela licitante INFORME, do Quesito 4 – Capacidade de Atendimento, Subquesito 2 – Qualificação, nos termos do subitem 4.5.2 do Edital.

FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA

17. No que concerne aos argumentos apresentados pela licitante FSB, resumidos nas alíneas "a" a "d" do item 5 deste documento, esta Subcomissão apresenta as seguintes considerações:

17.1. Discorda da visão da FSB de que as atribuições e serviços delegados ao Grupo de Trabalho e à SECOM na Proposta Técnica da licitante constituam solução "totalmente adequada" para o exercício em apreço, por incluírem atividades regularmente desempenhadas pelas empresas licitantes, independentemente das responsabilidades legais da SECOM/PR. Considera esta Subcomissão que a conformação de proposta que, nos termos do Edital da Concorrência 001/2013-SECOM, consigne "relação custo/benefício favorável" para execução de serviços de comunicação entre Governo e Empresa Contratada prescinde da utilização de GT, mormente no caso em apreço, em que os parâmetros editalícios claramente precificam as atividades relacionadas ao exercício proposto (subitem 9.2 – Tabela de preços unitários máximos unitários aceitos dos produtos e serviços). A licitante optou voluntária e discricionariamente pela atribuição ao GT de atividades precificadas na aludida tabela, comprometendo o equilíbrio dos critérios de isonomia para efeitos de

[Assinaturas manuscritas]

comparação dos planejamentos orçamentários das licitantes. O somatório das atividades, produtos e serviços precificados na Tabela constante do subitem 9.2, quando precificadas constituiriam excedente orçamentário com impacto significativo sobre a compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para a sua realização, em especial quanto à adequação da verba indicada para a execução das ações propostas.

17.2. Não obstante os esclarecimentos aportados pela licitante, mantém esta Subcomissão o entendimento de que a abordagem dos aspectos de tradução na proposta da FSB sub-dimensiona a dificuldade de penetração comunicacional em ambientes sociais marcados por acentuadas diferenças culturais e lingüísticas, em especial durante exercícios de promoção mercadológica estratégica. Ao eleger os idiomas inglês e espanhol como "línguas faladas em todos os países listados", entre os quais China e Rússia, a licitante suscita possíveis dificuldades para a difusão adequada da mensagem preconizada na campanha proposta, mesmo em se tratando de pautas destinadas supostamente a apenas promover o interesse pelos temas junto aos públicos-alvo. Considera, ademais, desproporcional a relação entre os custos consignados na proposta para as traduções relativas a pautas e artigos, situando-se o valor (por lauda) destes em patamar 20 (vinte) vezes superior àqueles, diferença equivalente, portanto, a mais de 2.000 por cento. Opina esta Subcomissão que o exercício proposto no Edital em epígrafe requer cuidadoso suporte de mecanismos de tradução, essenciais à consecução exitosa da estratégia comunicacional almejada.

18. No que respeita aos argumentos constantes das alíneas "a" a "c" do item 6 deste documento, esta Subcomissão expõe os seguintes posicionamentos:

18.1. Discorda esta Subcomissão dos argumentos arrolados pela licitante FSB no que tange à consistência da proposição da licitante CDN relativa aos subitens 4.3.2 (Plano de Comunicação), 4.3.3 (Vinculação das Ações de Comunicação) e 4.4.2 (Maximização do Custo/Benefício na Implementação do Plano de Comunicação). Considera improcedentes as críticas levantadas pela FSB no que tange a alegada deficiência quanto ao estabelecimento de um "diálogo permanente com os públicos de interesse", em sintonia com os "objetivos estratégicos", bem como quanto ao rol apresentado de ministérios/empresas públicas, ao papel/atribuições da SECOM e à provisão orçamentária para a "manutenção do tema na pauta". Mantém, portanto, o julgamento expresso na avaliação inicial da Proposta Técnica da licitante CDN quanto aos subitens supracitados.

INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

19. Em relação aos posicionamentos aduzidos pela licitante INFORME, resumidos nas alíneas "a" a "d" do item 8 deste documento, apresentam-se as seguintes considerações desta Subcomissão:

19.1. Entende esta Subcomissão por infundados e insuficientes os argumentos suscitados pela licitante para desqualificar o parecer inicial de "uso equivocado de algumas informações", bem como quanto ao caráter de "imprecisão" de dados utilizados no Raciocínio Básico desenvolvido pela INFORME. Mantém o entendimento de que consiste em equívoco considerar que o processo integrativo da União Europeia "teve início dois anos e nove meses após o início da vigência do

[Handwritten signatures]

Mercosul", por conceber que, não obstante data de novembro de 1993, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, o processo europeu de integração teve início em janeiro de 1958, com a entrada em vigor do Tratado de Roma, que constituiu a Comunidade Econômica Europeia, vetor original da integração no continente europeu, alçada em 1993 ao patamar de união econômica com a constituição da União Europeia. Considera, assim, impreciso conceber o Mercosul como sendo "três anos mais velho que a UE". Entende, ademais, por equivocada a consideração de que a totalidade dos acordos comerciais negociados pelo bloco europeu se tenha dado após o início da vigência do Tratado de Maastricht, tendo em conta que, ao longo das mais de três décadas que antecederam aquele tratado, foram firmados inúmeros acordos do gênero. Tem presente, outrossim, que os acordos de complementação econômica bilaterais negociados pelo Mercosul no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, com países tais como Bolívia, Chile, Colômbia e Equador, inter alia, constituem igualmente exemplos de acordos extra-bloco que indicam o dinamismo negociador do bloco sul-americano. Considera também inadequado proceder-se a análise comparativa que atribua peso equivalente a acordos de livre comércio e acordos comerciais inespecíficos, que podem apresentar variação quanto ao grau de preferência concedida. Considera esta Subcomissão pertinente a discussão, como preâmbulo do Raciocínio Básico, do processo de negociação extrarregional Mercosul-União Europeia, tendo em conta ter este como eixo principal para o Brasil a abertura de mercados agrícolas, essencial para expansão internacional do setor agropecuário brasileiro e objeto central do exercício de simulação proposto pelo Edital. Pondera, contudo, que tal discussão requer precisão conceitual e atribuição adequada de fontes de informação, à luz da diversidade de interesses envolvidos no processo, em reforço à compreensão da situação e do contexto expostos no Briefing.

19.2. No que tange especificamente aos critérios para o julgamento original da pertinência de utilização adequada de fontes, como suporte à fundamentação conceitual do "Raciocínio Básico", reconhece, não obstante, que a limitação de menções a fontes não tenha constituído critério decisivo para o julgamento e atribuição à licitante INFORME do conceito "parcialmente adequado", para o qual contribuiu apenas tangencialmente, ainda que a baixa frequência do recurso a fontes tenha destoadado, em grau significativo, das demais concorrentes.

19.3. Discorda de que o êxito da campanha prescindia de mecanismos específicos de tradução para os mercados-alvo, ainda que a abordagem da licitante esteja "calcada, basicamente, em estratégias digitais, com textos curtos e de baixa complexidade". Entende que, como bem salientado pela própria licitante à página 1573, a "barreira da língua" constitui importante desafio no exercício da promoção internacional do agronegócio brasileiro, em especial no tocante a mercados tais como a China (SIAL China), nos quais as diferenças culturais e lingüísticas exigem atenção especial do comunicador quanto à adaptação das mensagens ao público-alvo, inexecutável sem o suporte da tradução. Tal ferramenta inexiste na proposta da licitante, mesmo sendo altamente recomendável em exercícios como "acompanhamento de atividades de imprensa e de relações públicas no exterior", "participação em feiras internacionais", "editoração de textos", "produção de conteúdo de alta complexidade", entre outros. A proposta da licitante carece de provisão orçamentária, de qualquer natureza, para mecanismos de tradução, mesmo em se tratando de exercício de promoção internacional do agronegócio. Esta Subcomissão recorda que o subitem 4.5.1 (Apêndice I – Briefing) prevê a

[assinaturas]

possibilidade de utilização, na rubrica "produtos e serviços de infraestrutura e logística" (Apêndice IV do Projeto Básico), de ferramentas de tradução tais como: tradutor, revisor de idiomas raros, intérprete de idioma especial, intérprete simultâneo, entre outros.

19.4. Reitera o exposto no item 15 deste documento e discorda da interpretação de que o subitem 4.4.1 do Quesito 3 (Relação Custo/Benefício) deva ser anulado. Discorda, ademais, das assertivas de que o Edital foi "mal redigido", a Comissão "nada esclareceu sobre a questão" e "a falta de clareza do Edital fere o princípio do julgamento objetivo". Entende que o Edital estabelece, com clareza, dispositivos que asseguram respeito equânime e a garantia dos pressupostos de isonomia e igualdade de condições às licitantes, com vistas a evitar o risco de distorções de interpretação das regras consignadas nos parâmetros editalícios. Entende, igualmente, que os limites dessa interpretação situam-se no texto positivamente redigido, ou seja, naquilo que está claramente permitido, e não em conjecturas sobre o que se poderia permitir por não estar expressamente proibido. Esta Subcomissão considera que a utilização de descontos não previstos na 2ª Fase da Concorrência (Fase de Classificação das Propostas Técnicas) confronta o disposto no item 18.6 do Edital, pelo qual "é vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes". O uso discricionário e exacerbado de descontos pelas licitantes, como parte de sua estratégia de campanha, concorreria para a quebra dos parâmetros de isonomia do certame, o que colocaria as licitantes em posição de "fictício exercício orçamentário", pelo qual o limite da "verba máxima" de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) poderia ser discricionariamente manipulado.

19.5. Considera adequadas as cláusulas editalícias relativas à construção orçamentária do exercício de simulação da campanha. O que se observou, contrariamente, na construção da proposta de orçamento da licitante INFORME, foi a aplicação de descontos sobre os valores da tabela do item 9.2 para composição final de um "orçamento irreal", que maximiza indevidamente a utilização de produtos e serviços, situando-o, de maneira fictícia, dentro do limite editalício. Entende, ademais, que, o julgamento das propostas respeitou de maneira rigorosa o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo-se pautado pela observância criteriosa do disposto no subitem 18.6 do Edital ("É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes"), para desqualificar artifícios exógenos ao exercício de simulação proposto, de que constitui exemplo a aplicação, inadequada e desprovida de embasamento editalício, de descontos sobre os valores constantes na tabela do item 9.2. Tal postura destina-se primordialmente a "garantir a observância do princípio constitucional da isonomia", de modo a proporcionar parâmetros equânimes para "a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (...) em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (Art. 3º da Lei nº 8.666/1993).

19.6. Reitera o posicionamento de que, no tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a extrapolação do limite orçamentário máximo pela licitante INFORME – situada acima de 500% (quinhentos por cento) e agravada pela não provisão de recursos para despesas afetas a atividades de relevo para a proposta (eg.

Projeto Jamie Oliver) – resultou da “utilização indevida, exagerada e ineficiente dos recursos”, com comprometimento “irremediável” da adequação da verba indicada para a execução das ações, a consistência e a pertinência na aplicação dos recursos (subitem 4.4.1), a otimização dos recursos financeiros alocados para tais ações e a consistência/pertinência da aplicação das verbas em relação aos objetivos de comunicação expostos no Briefing (subitem 4.4.2). Entende, ademais, que o julgamento das propostas das licitantes procedeu-se de maneira isonômica e impessoal, com rigoroso respeito ao princípio da “vinculação ao instrumento convocatório”, tendo-se pautado, não obstante, pelo respeito às respectivas características individuais e específicas, tendo-lhes reconhecido tanto méritos quanto inconsistências nas Propostas Técnicas. Discorda, portanto, de que tenha havido julgamento “com mais rigor” da proposta da licitante INFORME.

20. No que tange às alíneas “a” e “b” do item 9 desde documento, apresentam-se, a seguir, os posicionamentos desta Subcomissão:

20.1. Discorda da alegação evocada pela licitante INFORME de que a divisão do “caderno único” da proposta técnica da licitante CDN, em “três cadernos apartados”, constitua violação do subitem 3.1, alínea “a” do Apêndice II do Edital, bem como dos esclarecimentos prestados ao ensejo do Questionamento nº 11, por constituir recurso de facilitação do manuseio, sem comprometimento da unidade da apresentação da proposta, da qual consta claramente indicada a numeração seqüencial do caderno em tela.

20.2. Considera que esta Subcomissão constitui instância de julgamento técnico e de elaboração, no âmbito da presente concorrência, de relatório circunstanciado com as justificativas da pontuação atribuída às licitantes para cada um dos quatro quesitos da proposta técnica, a ser elevado, por força da legislação vigente, à consideração da Comissão Permanente de Licitação – CPL, para dar seqüência aos procedimentos de encaminhamento da licitação em tela, e instâncias superiores pertinentes.

Análise das Contrarrazões

CDN Comunicação Corporativa LTDA

21. No que respeita às contrarrazões apresentadas pela CDN, descritas de forma resumida nas alíneas “a” a “i” do item 10 deste documento, esta Subcomissão expõe os seguintes posicionamentos:

21.1. Concorde com o mérito do exposto na alínea “a”, nos termos pontuais da argumentação constante do item 20.1 deste documento, abaixo transcrito.

20.1. Discorda da alegação evocada pela licitante INFORME de que a divisão do “caderno único” da proposta técnica da licitante CDN, em “três cadernos apartados”, constitua violação do subitem 3.1, alínea “a” do Apêndice II do Edital, bem como dos esclarecimentos prestados ao ensejo do Questionamento nº 11, por constituir recurso de facilitação do manuseio, sem comprometimento da unidade da apresentação da proposta, da qual consta claramente indicada a numeração seqüencial do caderno em tela.

[Assinatura]

21.2. Considera de relevância limitada para o julgamento em curso a argumentação constante da alínea "b", tendo em conta o exposto no item 19.2 deste documento, em linha com o julgamento original da licitante CDN por esta Subcomissão no Quesito 3 (Raciocínio Básico).

19.2 No que tange especificamente aos critérios para o julgamento original da pertinência de utilização adequada de fontes, como suporte à fundamentação conceitual do "Raciocínio Básico", reconhece, não obstante, que a limitação de menções a fontes não tenha constituído critério decisivo para o julgamento e atribuição à licitante INFORME do conceito "parcialmente adequado", para o qual contribuiu apenas tangencialmente, ainda que a baixa frequência do recurso a fontes tenha destoadado, em grau significativo, das demais concorrentes.

21.3. Situa a argumentação constante da alínea "c" no contexto do posicionamento exposto no item 19.3 deste documento, transcrito abaixo.

19.3. Discorda de que o êxito da campanha prescindia de mecanismos específicos de tradução para os mercados-alvo, ainda que a abordagem da licitante esteja "calcada, basicamente, em estratégias digitais, com textos curtos e de baixa complexidade". Entende que, como bem salientado pela própria licitante à página 1573, a "barreira da língua" constitui importante desafio no exercício da promoção internacional do agronegócio brasileiro, em especial no tocante a mercados tais como a China (SIAL China), nos quais as diferenças culturais e linguísticas exigem atenção especial do comunicador quanto à adaptação das mensagens ao público-alvo, inexecutável sem o suporte da tradução. Tal ferramenta inexiste na proposta da licitante, mesmo sendo altamente recomendável em exercícios como "acompanhamento de atividades de imprensa e de relações públicas no exterior", "participação em feiras internacionais", "editoração de textos", "produção de conteúdo de alta complexidade", entre outros. A proposta da licitante carece de provisão orçamentária, de qualquer natureza, para mecanismos de tradução, mesmo em se tratando de exercício de promoção internacional do agronegócio. Esta Subcomissão recorda que o subitem 4.5.1 (Apêndice I – Briefing) prevê a possibilidade de utilização, na rubrica "produtos e serviços de infraestrutura e logística" (Apêndice IV do Projeto Básico), de ferramentas de tradução tais como: tradutor, revisor de idiomas raros, intérprete de idioma especial, intérprete simultâneo, entre outros.

21.4. No tocante à alínea "d" e "e", sustenta o mérito da argumentação desenvolvida no item 19.6 deste documento, quanto ao subitem 4.4.1, e concorda com o mérito da argumentação relativa ao subitem 4.4.2, por considerar improcedente a alegação em tela.

19.6. Reitera o posicionamento de que, no tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a extrapolação do limite orçamentário máximo pela licitante INFORME – situada acima de 500% (quinhentos por cento) e agravada pela não provisão de recursos para despesas afetas a atividades de relevo para a proposta (eg. Projeto Jamie Oliver) – resultou da "utilização indevida, exagerada e ineficiente dos recursos", com comprometimento "irremediável" da adequação da verba indicada para a execução das ações, a consistência e a pertinência na aplicação dos recursos (subitem 4.4.1), a otimização dos recursos financeiros alocados para tais ações e a consistência/pertinência da aplicação das verbas em relação aos objetivos de comunicação expostos no Briefing (subitem 4.4.2). Entende, ademais, que o julgamento das propostas das licitantes procedeu-se de maneira isonômica e impessoal, com rigoroso respeito ao princípio da "vinculação ao instrumento convocatório", tendo-se pautado, não obstante, pelo respeito às respectivas características individuais e específicas, tendo-lhes reconhecido tanto

[Assinaturas]

méritos quanto inconsistências nas Propostas Técnicas. Discorda, portanto, de que tenha havido julgamento "com mais rigor" da proposta da licitante INFORME.

21.5. Remete a argumentação exposta na alínea "f" ao posicionamento exarado nos itens 17.1. e 17.2 deste documento, transcritos a seguir.

17.1. Discorda da visão da FSB de que as atribuições e serviços delegados ao Grupo de Trabalho e à SECOM na Proposta Técnica da licitante constituam solução "totalmente adequada" para o exercício em apreço, por incluírem atividades regularmente desempenhadas pelas empresas licitantes, independentemente das responsabilidades legais da SECOM/PR. Considera esta Subcomissão que a conformação de proposta que, nos termos do Edital da Concorrência 001/2013-SECOM, consigne "relação custo/benefício favorável" para execução de serviços de comunicação entre Governo e Empresa Contratada prescinde da utilização de GT, mormente no caso em apreço, em que os parâmetros editalícios claramente precificam as atividades relacionadas ao exercício proposto (subitem 9.2 – Tabela de preços unitários máximos unitários aceitos dos produtos e serviços). A licitante optou voluntária e discricionariamente pela atribuição ao GT de atividades precificadas na aludida tabela, comprometendo o equilíbrio dos critérios de isonomia para efeitos de comparação dos planejamentos orçamentários das licitantes. O somatório das atividades, produtos e serviços precificados na Tabela constante do subitem 9.2, quando precificadas constituiriam excedente orçamentário com impacto significativo sobre a compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para a sua realização, em especial quanto à adequação da verba indicada para a execução das ações propostas.

17.2. Não obstante os esclarecimentos aportados pela licitante, mantém esta Subcomissão o entendimento de que a abordagem dos aspectos de tradução na proposta da FSB sub-dimensiona a dificuldade de penetração comunicacional em ambientes sociais marcados por acentuadas diferenças culturais e lingüísticas, em especial durante exercícios de promoção mercadológica estratégica. Ao eleger os idiomas inglês e espanhol como "línguas faladas em todos os países listados", entre os quais China e Rússia, a licitante suscita possíveis dificuldades para a difusão adequada da mensagem preconizada na campanha proposta, mesmo em se tratando de pautas destinadas supostamente a apenas promover o interesse pelos temas junto aos públicos-alvo. Considera, ademais, desproporcional a relação entre os custos consignados na proposta para as traduções relativas a pautas e artigos, situando-se o valor (por lauda) destes em patamar 20 (vinte) vezes superior àqueles, diferença equivalente, portanto, a mais de 2.000 por cento. Opina esta Subcomissão que o exercício proposto no Edital em epígrafe requer cuidadoso suporte de mecanismos de tradução, essenciais à consecução exitosa da estratégia comunicacional almejada.

21.6. Mantém o posicionamento exarado no item 18.1 deste documento, reproduzido abaixo, no tocante às alíneas "g", "h" e "i".

18.1. Discorda esta Subcomissão dos argumentos arrolados pela licitante FSB no que tange à consistência da proposição da licitante CDN relativa aos subitens 4.3.2 (Plano de Comunicação), 4.3.3 (Vinculação das Ações de Comunicação) e 4.4.2 (Maximização do Custo/Benefício na Implementação do Plano de Comunicação). Considera improcedentes as críticas levantadas pela FSB no que tange a alegada deficiência quanto ao estabelecimento de um "diálogo permanente com os públicos de interesse", em sintonia com os "objetivos estratégicos", bem como quanto ao rol apresentado de ministérios/empresas públicas, ao papel/atribuições da SECOM e à provisão orçamentária para a "manutenção do tema na pauta". Mantém, portanto,

J. G. H.

o julgamento expresso na avaliação inicial da Proposta Técnica da licitante CDN quanto aos subitens supracitados.

FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA

22. No que tange às contrarrazões apresentadas pela FSB, sumariadas nas alíneas "a" a "h" do item 11 deste documento, esta Subcomissão posiciona-se em linha com os argumentos expostos a seguir:

22.1. No tocante às alíneas "a" a "e", relativas ao Quesito 1 (Raciocínio Básico), concorda com o mérito da argumentação da licitante, pela improcedência das alegações interpostas pela CDN, por considerar adequado o julgamento original desta Subcomissão.

22.2. Em relação à alínea "f", reitera o entendimento delineado nos itens 17.1 e 17.2 deste documento, reproduzidos abaixo, em consonância com a avaliação original da Subcomissão.

17.1. Discorda da visão da FSB de que as atribuições e serviços delegados ao Grupo de Trabalho e à SECOM na Proposta Técnica da licitante constituam solução "totalmente adequada" para o exercício em apreço, por incluírem atividades regularmente desempenhadas pelas empresas licitantes, independentemente das responsabilidades legais da SECOM/PR. Considera esta Subcomissão que a conformação de proposta que, nos termos do Edital da Concorrência 001/2013-SECOM, consigne "relação custo/benefício favorável" para execução de serviços de comunicação entre Governo e Empresa Contratada prescinde da utilização de GT, mormente no caso em apreço, em que os parâmetros editalícios claramente precificam as atividades relacionadas ao exercício proposto (subitem 9.2 – Tabela de preços unitários máximos unitários aceitos dos produtos e serviços). A licitante optou voluntária e discricionariamente pela atribuição ao GT de atividades precificadas na aludida tabela, comprometendo o equilíbrio dos critérios de isonomia para efeitos de comparação dos planejamentos orçamentários das licitantes. O somatório das atividades, produtos e serviços precificados na Tabela constante do subitem 9.2, quando precificadas constituiriam excedente orçamentário com impacto significativo sobre a compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para a sua realização, em especial quanto à adequação da verba indicada para a execução das ações propostas.

17.2. Não obstante os esclarecimentos aportados pela licitante, mantém esta Subcomissão o entendimento de que a abordagem dos aspectos de tradução na proposta da FSB sub-dimensiona a dificuldade de penetração comunicacional em ambientes sociais marcados por acentuadas diferenças culturais e lingüísticas, em especial durante exercícios de promoção mercadológica estratégica. Ao eleger os idiomas inglês e espanhol como "línguas faladas em todos os países listados", entre os quais China e Rússia, a licitante suscita possíveis dificuldades para a difusão adequada da mensagem preconizada na campanha proposta, mesmo em se tratando de pautas destinadas supostamente a apenas promover o interesse pelos temas junto aos públicos-alvo. Considera, ademais, desproporcional a relação entre os custos consignados na proposta para as traduções relativas a pautas e artigos, situando-se o valor (por lauda) destes em patamar 20 (vinte) vezes superior àqueles, diferença equivalente, portanto, a mais de 2.000 por cento. Opina esta Subcomissão que o exercício proposto no Edital em epígrafe requer cuidadoso suporte de mecanismos de tradução, essenciais à consecução exitosa da estratégia comunicacional almejada.

[Assinatura]

22.3. No que concerne à alínea "g", acata, no mérito, a contrarrazão da licitante, em linha com o exposto no item 16.1 deste documento, transcrito abaixo, posicionando-se pela adequação do julgamento relativo Quesito 4 (Capacidade de Atendimento), subitem 4.5.5 – Experiência de referência da licitante.

16.1. Discorda da posição da CDN que deprecia a qualidade do "Raciocínio Básico" desenvolvido pela licitante FSB, bem como rejeita a alegação de que houve "inteira falta de conhecimento do tema". Considera consistente o conjunto de dados e informações apresentados pela FSB, que demonstram compreensão e entendimento da realidade e do contexto do objeto, não concorrendo para uma "total falta de credibilidade" da licitante. Reconhece, outrossim, como válidas as experiências de referência consignadas na Proposta Técnica apresentada pela licitante FSB, por constituírem exercícios de comunicação compatíveis com os critérios estabelecidos no subitem 4.5.5.

22.4. No que respeita à argumentação aduzida na alínea "h", concorda, no mérito, com o pedido de improvimento da interposição apresentada pela licitante INFORME, nos termos do item 19.6 deste documento, transcrito a seguir, por considerar que o julgamento original do subitem 4.4.2 procedeu-se de modo isonômico e impessoal, com a identificação de méritos e deficiências nas Propostas Técnicas apresentadas pelas licitantes.

19.6. Reitera o posicionamento de que, no tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a extrapolação do limite orçamentário máximo pela licitante INFORME – situada acima de 500% (quinhentos por cento) e agravada pela não provisão de recursos para despesas afetas a atividades de relevo para a proposta (eg. Projeto Jamie Oliver) – resultou da "utilização indevida, exagerada e ineficiente dos recursos", com comprometimento "irremediável" da adequação da verba indicada para a execução das ações, a consistência e a pertinência na aplicação dos recursos (subitem 4.4.1), a otimização dos recursos financeiros alocados para tais ações e a consistência/pertinência da aplicação das verbas em relação aos objetivos de comunicação expostos no Briefing (subitem 4.4.2). Entende, ademais, que o julgamento das propostas das licitantes procedeu-se de maneira isonômica e impessoal, com rigoroso respeito ao princípio da "vinculação ao instrumento convocatório", tendo-se pautado, não obstante, pelo respeito às respectivas características individuais e específicas, tendo-lhes reconhecido tanto méritos quanto inconsistências nas Propostas Técnicas. Discorda, portanto, de que tenha havido julgamento "com mais rigor" da proposta da licitante INFORME.

INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA

23. Expõem-se, a seguir, os posicionamentos desta Subcomissão em relação às contrarrazões submetidas pela licitante INFORME, resumidamente consignadas nas alíneas "a" a "I" do item 12 deste documento:

23.1. No tocante às alíneas "a" a "e", evoca o exposto nos itens 16.2, 19.1 e 19.2 deste documento, transcritos a seguir, relativos ao tratamento dispensado pela licitante ao desenvolvimento do Raciocínio Básico, com base nos quais mantém o entendimento expresso na avaliação original do Quesito 1 (Raciocínio Básico).

16.2. Discorda da avaliação da CDN de que eventuais inconsistências presentes no Raciocínio Básico (Quesito 1) da licitante INFORME traduzam-se em "ausência do domínio do contexto" objeto da Proposta Técnica. Entende como impertinente a crítica da CDN à qualidade da compreensão pela licitante INFORME das

oportunidades de riscos para a imagem do Brasil envolvidos na promoção do agronegócio. Mantém o entendimento original desta Subcomissão relativo ao tratamento do tema tradução pela licitante INFORME. Refuta argumentação da CDN referente ao tratamento dos Subitens 4.3.2 e 4.3.3 pela licitante INFORME. Considera improcedentes as alegações da CDN relativas ao tratamento, pela licitante INFORME, do Quesito 4 – Capacidade de Atendimento, Subquesito 2 – Qualificação, nos termos do subitem 4.5.2 do Edital.

19.1. Entende esta Subcomissão por infundados e insuficientes os argumentos suscitados pela licitante para desqualificar o parecer inicial de "uso equivocado de algumas informações", bem como quanto ao caráter de "imprecisão" de dados utilizados no Raciocínio Básico desenvolvido pela INFORME. Mantém o entendimento de que consiste em equívoco considerar que o processo integrativo da União Europeia "teve início dois anos e nove meses após o início da vigência do Mercosul", por conceber que, não obstante date de novembro de 1993 a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, o processo europeu de integração teve início em janeiro de 1958, com a entrada em vigor do Tratado de Roma, que constituiu a Comunidade Econômica Europeia, vetor original da integração no continente europeu, alçada em 1993 ao patamar de união econômica com a constituição da União Europeia. Considera, assim, impreciso conceber o Mercosul como sendo "três anos mais velho que a UE". Entende, ademais, por equivocada a consideração de que a totalidade dos acordos comerciais negociados pelo bloco europeu se tenha dado após o início da vigência do Tratado de Maastricht, tendo em conta que, ao longo das mais de três décadas que antecederam aquele tratado, foram firmados inúmeros acordos do gênero. Tem presente, outrossim, que os acordos de complementação econômica bilaterais negociados pelo Mercosul no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, com países tais como Bolívia, Chile, Colômbia e Equador, inter alia, constituem igualmente exemplos de acordos extra-bloco que indicam o dinamismo negociador do bloco sul-americano. Considera também inadequado proceder-se a análise comparativa que atribua peso equivalente a acordos de livre comércio e acordos comerciais inespecíficos, que podem apresentar variação quanto ao grau de preferência concedida. Considera esta Subcomissão pertinente a discussão, como preâmbulo do Raciocínio Básico, do processo de negociação extrarregional Mercosul-União Europeia, tendo em conta ter este como eixo principal para o Brasil a abertura de mercados agrícolas, essencial para expansão internacional do setor agropecuário brasileiro e objeto central do exercício de simulação proposto pelo Edital. Pondera, contudo, que tal discussão requer precisão conceitual e atribuição adequada de fontes de informação, à luz da diversidade de interesses envolvidos no processo, em reforço à compreensão da situação e do contexto expostos no Briefing.

19.2 No que tange especificamente aos critérios para o julgamento original da pertinência de utilização adequada de fontes, como suporte à fundamentação conceitual do "Raciocínio Básico", reconhece, não obstante, que a limitação de menções a fontes não tenha constituído critério decisivo para o julgamento e atribuição à licitante INFORME do conceito "parcialmente adequado", para o qual contribuiu apenas tangencialmente, ainda que a baixa frequência do recurso a fontes tenha destoado, em grau significativo, das demais concorrentes.

23.2. Em relação às alíneas "f", "g", "h", "i" e "l", referentes ao Quesito 2 (Solução de Comunicação) e ao Quesito 4 (Capacidade de Atendimento), reitera o entendimento expresso no item 16.2, no que tange aos Subitens 4.3.2, 4.3.3 e 4.5.2, bem como o exposto no item 19.3 deste documento, no tocante ao subitem 4.3.1, mantendo-se a avaliação original da Subcomissão.

S. G. H.

16.2. Discorda da avaliação da CDN de que eventuais inconsistências presentes no Raciocínio Básico (Quesito 1) da licitante INFORME traduzam-se em "ausência do domínio do contexto" objeto da Proposta Técnica. Entende como impertinente a crítica da CDN à qualidade da compreensão pela licitante INFORME das oportunidades de riscos para a imagem do Brasil envolvidos na promoção do agronegócio. Mantém o entendimento original desta Subcomissão relativo ao tratamento do tema tradução pela licitante INFORME. Refuta argumentação da CDN referente ao tratamento dos Subitens 4.3.2 e 4.3.3 pela licitante INFORME. Considera improcedentes as alegações da CDN relativas ao tratamento, pela licitante INFORME, do Quesito 4 – Capacidade de Atendimento, Subquesito 2 – Qualificação, nos termos do subitem 4.5.2 do Edital.

19.3. Discorda de que o êxito da campanha prescindia de mecanismos específicos de tradução para os mercados-alvo, ainda que a abordagem da licitante esteja "calcada, basicamente, em estratégias digitais, com textos curtos e de baixa complexidade". Entende que, como bem salientado pela própria licitante à página 1573, a "barreira da língua" constitui importante desafio no exercício da promoção internacional do agronegócio brasileiro, em especial no tocante a mercados tais como a China (SLAL China), nos quais as diferenças culturais e linguísticas exigem atenção especial do comunicador quanto à adaptação das mensagens ao público-alvo, inexequível sem o suporte da tradução. Tal ferramenta inexistente na proposta da licitante, mesmo sendo altamente recomendável em exercícios como "acompanhamento de atividades de imprensa e de relações públicas no exterior", "participação em feiras internacionais", "editoração de textos", "produção de conteúdo de alta complexidade", entre outros. A proposta da licitante carece de provisão orçamentária, de qualquer natureza, para mecanismos de tradução, mesmo em se tratando de exercício de promoção internacional do agronegócio. Esta Subcomissão recorda que o subitem 4.5.1 (Apêndice I – Briefing) prevê a possibilidade de utilização, na rubrica "produtos e serviços de infraestrutura e logística" (Apêndice IV do Projeto Básico), de ferramentas de tradução tais como: tradutor, revisor de idiomas raros, intérprete de idioma especial, intérprete simultâneo, entre outros.

23.3. Em referência às alíneas "j" e "k", alude aos itens 15.2, 19.4, 19.5 e 19.6 deste documento, reproduzidos abaixo, relativos ao tratamento pela licitante do Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), com base nos quais, mantém o julgamento original desta Subcomissão.

15.2. Considera que a "redução de no mínimo 10% (dez por cento)" prevista no subitem 9.3 do Edital não se aplica ao exercício de simulação previsto na 2ª Fase da Concorrência (Fase de Classificação das Propostas Técnicas), constituindo, sim, dispositivo aplicável estritamente à fase posterior do certame (3ª Fase – Análise e Julgamento das Propostas de Preços e Apuração da Licitante Vencedora).

19.4. Reitera o exposto no item 15 deste documento e discorda da interpretação de que o subitem 4.4.1 do Quesito 3 (Relação Custo/Benefício) deva ser anulado. Discorda, ademais, das assertivas de que o Edital foi "mal redigido", a Comissão "nada esclareceu sobre a questão" e "a falta de clareza do Edital fere o princípio do julgamento objetivo". Entende que o Edital estabelece, com clareza, dispositivos que asseguram respeito equânime e a garantia dos pressupostos de isonomia e igualdade de condições às licitantes, com vistas a evitar o risco de distorções de interpretação das regras consignadas nos parâmetros editalícios. Entende, igualmente, que os limites dessa interpretação situam-se no texto positivamente redigido, ou seja, naquilo que está claramente permitido, e não em conjecturas sobre o que se poderia permitir por não estar expressamente proibido. Esta

S - G. H

Subcomissão considera que a utilização de descontos não previstos na 2ª Fase da Concorrência (Fase de Classificação das Propostas Técnicas) confronta o disposto no item 18.6 do Edital, pelo qual "é vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes". O uso discricionário e exacerbado de descontos pelas licitantes, como parte de sua estratégia de campanha, concorreria para a quebra dos parâmetros de isonomia do certame, o que colocaria as licitantes em posição de "fictício exercício orçamentário", pelo qual o limite da "verba máxima" de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) poderia ser discricionariamente manipulado.

19.5. Considera adequadas as cláusulas editalícias relativas à construção orçamentária do exercício de simulação da campanha. O que se observou, contrariamente, na construção da proposta de orçamento da licitante INFORME, foi a aplicação de descontos sobre os valores da tabela do item 9.2 para composição final de um "orçamento irreal", que maximiza indevidamente a utilização de produtos e serviços, situando-o, de maneira fictícia, dentro do limite editalício. Entende, ademais, que, o julgamento das propostas respeitou de maneira rigorosa o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo-se pautado pela observância criteriosa do disposto no subitem 18.6 do Edital ("É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado, que possa ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes"), para desqualificar artifícios exógenos ao exercício de simulação proposto, de que constitui exemplo a aplicação, inadequada e desprovida de embasamento editalício, de descontos sobre os valores constantes na tabela do item 9.2. Tal postura destina-se primordialmente a "garantir a observância do princípio constitucional da isonomia", de modo a proporcionar parâmetros equânimes para "a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (...) em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos" (Art. 3º da Lei nº 8.666/1993).

23.4. Reitera o posicionamento de que, no tocante ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), a extrapolação do limite orçamentário máximo pela licitante INFORME – situada acima de 500% (quinhentos por cento) e agravada pela não provisão de recursos para despesas afetas a atividades de relevo para a proposta (eg. Projeto Jamie Oliver) – resultou da "utilização indevida, exagerada e ineficiente dos recursos", com comprometimento "irremediável" da adequação da verba indicada para a execução das ações, a consistência e a pertinência na aplicação dos recursos (subitem 4.4.1), a otimização dos recursos financeiros alocados para tais ações e a consistência/pertinência da aplicação das verbas em relação aos objetivos de comunicação expostos no Briefing (subitem 4.4.2). Entende, ademais, que o julgamento das propostas das licitantes procedeu-se de maneira isonômica e impessoal, com rigoroso respeito ao princípio da "vinculação ao instrumento convocatório", tendo-se pautado, não obstante, pelo respeito às respectivas características individuais e específicas, tendo-lhes reconhecido tanto méritos quanto inconsistências nas Propostas Técnicas. Discorda, portanto, de que tenha havido julgamento "com mais rigor" da proposta da licitante INFORME.

F. G. H.

IV – Da Conclusão

24. Ante o exposto nos itens 1 a 23 do presente documento, esta Subcomissão Técnica manifesta sua inequívoca posição no sentido de que:

- Seja mantida a pontuação original atribuída à licitante CDN Comunicação Corporativa LTDA, consignada no Anexo I – Relatório do Julgamento das Propostas, relativa aos Quesitos 1 (Raciocínio Básico), 2 (Solução de Comunicação) e 4 (Capacidade de Atendimento), nos termos do Apêndice II do Edital em epígrafe.
- Seja reformada a pontuação original atribuída à licitante CDN Comunicação Corporativa LTDA, consignada no Anexo I – Relatório do Julgamento das Propostas, relativa ao Quesito 3 (Relação Custo/Benefício), subitem 4.4.1 – Compatibilidade entre as ações propostas e os valores designados para sua realização, revisando-se o conceito originalmente aplicado de “Inadequado” para “Parcialmente Adequado”, em consonância com o exposto nos itens 15.3 e 15.5 deste documento, dando provimento parcial ao pleito constante das alíneas “e” e “f” do item 2 deste documento.
- Seja mantida a pontuação original atribuída à licitante FSB Comunicação e Planejamento Estratégico LTDA, consignada no Anexo I – Relatório do Julgamento das Propostas, relativa aos Quesitos 1 (Raciocínio Básico), 2 (Solução de Comunicação), 3 (Relação Custo/Benefício) e 4 (Capacidade de Atendimento), nos termos do Apêndice II do Edital em epígrafe.
- Seja mantida a pontuação original atribuída à licitante INFORME Comunicação Integrada S/S LTDA, consignada no Anexo I – Relatório do Julgamento das Propostas, relativa aos Quesitos 1 (Raciocínio Básico), 2 (Solução de Comunicação), 3 (Relação Custo/Benefício) e 4 (Capacidade de Atendimento), nos termos do Apêndice II do Edital em epígrafe.

V – Resumo da Pontuação das Licitantes

QUADRO-RESUMO DA PONTUAÇÃO FINAL				
QUESITOS	LICITANTES			
	Llorente & Cuenca	FSB	Informe	CDN
Quesito 1 – Raciocínio Básico	18	25	18	25
Quesito 2 – Solução de Comunicação	15	35	32	35
Quesito 3 – Relação Custo/Benefício	00	05	00	08
Quesito 4 – Capacidade de Atendimento	28	30	30	30
TOTAL	61	95	80	98

[Assinatura]

25. É o presente o parecer desta Subcomissão Técnica ante aos Recursos e Contrarrazões interpostos no âmbito da Concorrência nº 001/2013 – SECOM.

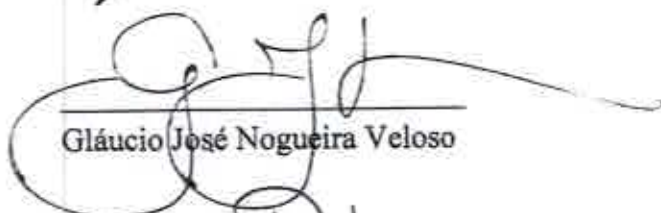
Brasília, DF, 10 de outubro de 2014.

Subcomissão Técnica

Membros:



Flávio Melo Oliveira



Gláucio José Nogueira Veloso



Leticia Cristine Dorfman Palma